

Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos

Beatriz Kushnir*

Resumo: Pondera a trajetória de militantes das esquerdas armadas que, compactuando com uma estratégia da ditadura militar, foram a público renegar seus passados de luta. Por essa ação o governo desejava denegrir a imagem dos seus opositores. A análise se centra nos "arrependimentos públicos" de militantes da VPR, espontaneamente ou não, às TVs e jornais.
Palavras-chave: militância política, ditadura militar, repressão política, colaboração

Abstract: It ponders the trajectory of militant of the armed left that, compacter with a strategy of the military dictatorship, had been the public to renege its pasts of fight. For this action the government desired to denigrate the image of its opponents. The analysis if centers in the "public repentances" of militant of the VPR, spontaneously or not, to the TVs and periodicals
Key-words: militancy politics, military dictatorship, repression politics, collaboration

Ousados seqüestros de diplomatas estrangeiros retiravam militantes dos cárceres e exigiram a leitura de notas divulgadas pela TV e jornais. Em 11/3/1970, o cônsul japonês em SP, Nobuo Okuchi; em 11/6, o embaixador alemão no Rio, Ehrenfried von Holleben, e, em 7/12, o embaixador da Suíça, Giovani Enrico Bucher. Precedeu a esses, em 4/9/1969, uma primeira ação – o seqüestro do embaixador americano no Rio, Charles Elbrick. Em 1970, a repetição deste ato rescindiu a falsa imagem calcada na harmonia construída. Esses quatro episódios libertaram 134 presos políticos. Noticiados pelos órgãos de imprensa de todo o mundo, os acontecimentos vividos e as violências praticadas pela repressão da ditadura militar não podiam mais ser negados.

Em algum momento, o governo revidaria tanto "atrevimento". Um dos atos de retaliação do Estado foi o de convencer militantes de esquerda presos a renegar o seu passado de luta. A esses depoimentos se deu o nome de *desbundar* que, segundo Daniel Aarão Reis, preocupado com possíveis interpretações irônicas ou que atraíssem a ira sobre as vítimas das torturas, e não sobre os torturadores, refletiu que

[...] devemos ter, sempre, compaixão dos que não agüentaram os maus-tratos. Desbundado foi uma palavra inventada pelos caras "duros" de vanguarda que, assim, se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a

* Doutora em História/Unicamp, professora associada do Departamento de História desta universidade e professora visitante do Departamento de História da UFF. Atualmente dirige o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [Prefeitura do Rio/Secretaria Municipal das Culturas]. Autora de: Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua [RJ, Imago, 1996]; e organizadora de Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil [RJ, Imago, 2001], Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988 [SP, Boitempo, 2004].

aventura das esquerdas armadas. Depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando, ambigualmente, seja os que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja os que cediam diante da tortura. Enfim, trata-se de um termo carregado de sentido pejorativo, e deve ser usado com muito cuidado. Em tempo: os torturadores gostavam muito de utilizá-lo.

Numa encenação para desmoralizar as ações das esquerdas, a *Folha da Tarde* [26/10/1970, p. 1], ao narrar o homicídio de *Toledo*, codinome de Câmara Ferreira, quando se refere a Carlos Lamarca - um dos últimos líderes das esquerdas armadas ainda vivo e fora da prisão -, finaliza emitindo as opiniões de um ex-militante da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], Massafumi Yoshinaga, sobre o ex-militar. As declarações de *Massa* integram os *mea culpa* públicos, que encontrava nesse órgão de imprensa um aliado.

Capturar líderes e militantes, e “induzir” combatentes a protagonizar arrependimentos públicos compuseram a estratégia de denegrir as ações contra a ditadura. Em 2/7/1970, os dois principais jornais de SP expuseram: “Terrorista entrega-se ao Deops”, na *FSP*; e “Desiludido e cansado, terrorista entrega-se” n’*O ESP*, relatando a trajetória de *Massa*, 21 anos, que engajado na VPR e com participação política havia cinco anos, integrava o grupo do estudante Marcos Vinício Fernandes dos Santos. *Massa*, segundo os jornais, se entregou ao Deops paulista por livre e espontânea vontade. Para a *FSP*, esse ato decorreu do não-repasse de recursos da organização para mantê-lo na clandestinidade. *O ESP* noticiou que foram membros da família do militante que negociaram com as autoridades policiais a sua “rendição”.

Um mês e meio antes, a *Folha da Tarde* de 22/5/1970 anunciava: “Terrorismo é uma farsa, denunciam jovens presos”, expondo o arrependimento de cinco militantes políticos recém-ingressos na VPR – Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Rômulo Augusto Romero Fontes¹, Marcos Alberto Martini, Gilson Teodoro de Oliveira e Osmar de Oliveira Rodello Filho. Presos pela polícia política de SP em janeiro de 1969, decidiram escrever, quase um ano e meio depois, duas cartas abertas, reavaliando suas posições ante a militância armada. Uma dirigida à opinião pública internacional, “tranqüilizando quanto ao tratamento carcerário dos presos políticos à disposição da Justiça brasileira”², e a outra, aos jovens brasileiros, condenando as ações armadas e o engajamento na militância de esquerda, que “alienariam os seus participantes”. Adequando seus discursos à prática policial do momento, o grupo de

1 Entrevista concedida à autora em 3/11/1999.

2 No início de outubro de 1970, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em visita oficial à Alemanha, conheceria a ira de manifestantes que defendiam os direitos humanos.

militantes “inaugurou” essa prática de “arrepentimentos públicos” que, infelizmente, seria repetida por outros³.

Esses cinco militantes estavam detidos na ala para presos políticos do presídio Tiradentes, em SP. Ricardo Azevedo, ex-integrante da AP [Ação Popular], que esteve confinado entre 18/9/1969 e 3/10/1970, e Francisco Luiz Salles Gonçalves, da VPR, lembraram que tanto eles como os *desbundados* estavam na cela 3, e segundo Azevedo e Gonçalves, freqüentemente, saíam para conversas com advogados. Essas ausências

[...] aumentavam. Passaram a ser chamados quase diariamente e permaneciam fora da cela por várias horas. Um dia, constatamos que tinham sido levados para fora do presídio. [...] Qual não foi nossa surpresa quando, à noite, em horário nobre, vimos os cinco na televisão, dando declarações de arrependimento. [...] A revolta foi geral. [...] Imediatamente, os coletivos das diversas celas se reuniram e, não me lembro como, os coordenadores de cela “fecharam” unanimemente nossa posição. [...] Para nossa surpresa, por volta de uma da madrugada o camburão chegou ao presídio trazendo-os de volta. [...] Todos nos aglomeramos junto às portas das celas. [...] Eles assomaram à entrada do corredor. Imediatamente nos pusemos a gritar como loucos, com toda a força que a raiva nos dava. [...] Creio que por cinco minutos, na madrugada paulistana, mais de cem presos gritamos: “Traidores! Traidores! Traidores!” [...] Rômulo sorria ironicamente, Marquinhos xingava e os outros três estavam de cabeça baixa [FREIRE, ALMADA E PONCE, 1997:83-95].

Os *desbundados* aqui relatados pertenciam a uma mesma organização: a VPR, não foram os únicos a cometer. A VPR surgiu, em março de 1968, da “[...] união de militantes de origens diversas: dissidentes que cindiram”. Tal ruptura se deu porque parte dos companheiros “[...] defendiam a necessidade de partir imediatamente para a construção do foco guerrilheiro” [ROLEMBERG, 2002: 77-88]. Seguindo os passos dos integrantes do MNR [Movimento Nacional Revolucionário] – que tentaram iniciar em Caparaó o foco de luta rural – e de lideranças operárias ligadas ao movimento sindical da cidade paulista de Osasco, na VPR, segundo Rollemberg, pode-se

[...] distinguir [...] duas fases bem distintas. No 1o Congresso, em dezembro de 1968, [...] [se] explicitou a tensão entre o grupo dos militantes do MNR, que defendia propostas de confronto imediato com o regime, e o setor liderado pelo então teórico da VPR, João Quartim de Moraes, que recomendava o recuo na linha responsável pelas ações de grande impacto que a organização vinha fazendo. [...] Em 1o de julho de 1969, a VPR juntou-se aos Comandos de Libertação Nacional [COLINA], organização que também se formou com dissidentes de Minas Gerais do 4o Congresso da POLOP. Nesta fusão, entraram outros grupos: como o do Rio Grande do Sul. [...] A união não resistiu ao primeiro congresso da nova

3 Outro exemplo de confissões forçadas é o relato de Bete Mendes. O 2º comandante do DOI-Codi de SP, major do Exército Carlos Alberto Brillhante Ustra, oficial de Estado-Maior que permaneceu nesse posto de 29/9/1970 a 23/1/1974, tornou-se, em meados dos anos 1980, adido militar do Brasil em Montevidéu. A atriz Bete Mendes, ex-militante da Var-Palmares, também foi obrigada a assinar um depoimento em que renegava a eficácia das organizações de luta armada. Ao ser eleita deputada federal, Bete Mendes, em visita oficial ao Uruguai, reconheceu Ustra, naquele momento já coronel, como torturador. Acusado desse crime, Ustra perdeu seu cargo e escreveu um livro autobiográfico [USTRA, 1987].

organização, em setembro de 1969, quando a maioria dos militantes recuperou antigas posições da POLOP que buscavam limitar o militarismo [GORENDER, 1998:136].

Os que discordaram da posição que prevaleceu no congresso e defenderam o desencadeamento imediato das ações armadas, partiram para a reconstrução da VPR. Os militantes que *desbundaram* adentraram na organização nessa segunda etapa, “[...] cujas posições estão expressas no documento elaborado por Ladislav Dowbor, com o codinome Jamil Rodrigues, [com o título de] *Caminhos da Revolução*”⁴. As diretrizes ali traçadas instituíam a necessidade de uma organização disposta a enveredar pela luta armada.

Embora as notícias desse “arrependimento” não tenham sido veiculadas apenas pela *Folha da Tarde*, chama a atenção o destaque dado a elas por esse jornal. Os informes eram sempre notas oficiais divulgadas à imprensa. A *Veja*, de 15/7/1970, publicou uma reportagem de seis páginas, em que as duas últimas pinçavam os principais trechos dos depoimentos tanto do grupo de Marcos Vínicio como do de *Massa*. Essas duas páginas sobre os “desertores” são a parte final de uma reportagem intitulada “Autocrítica do terror”, que tem como imagem central uma foto do presidente Médici em seu gabinete. O presidente “adverte para o terror”, e menciona a sua satisfação com as declarações de *Massa*, que citou obras do governo, como a “visita do presidente ao Nordeste, construção da Transamazônica e a extensão em 200 milhas do mar territorial”, como estímulo para deixar a luta armada. A *Folha da Tarde*, além de tornar o argumento uma manchete de primeira página, contratou, imediatamente após sua libertação, como também o fizeram outros jornais um pouco mais tarde, dois desses “arrependidos” como jornalistas.

Marcos Vínicio Fernandes dos Santos e Rômulo Augusto Romero Fontes passaram a escrever para a *Folha*. Marcos participou da greve dos metalúrgicos de Osasco, em 1968, onde conheceu José Ibrahim Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, e, a partir de então, envolveu-se nas atividades do MNR [Movimento Nacional Revolucionário]. Na *Folha da Tarde*, foi um colaborador. Rômulo Fontes pertenceu ao quadro do periódico até 1984. Pernambucano, Fontes narrou sua militância vinculada aos movimentos estudantis, às Ligas Camponesas e, mais tarde, à IV Internacional, de cunho trotskista. Encarcerado, permaneceu, de dezembro de 1966 a agosto de 1967, no Recife.

4 Apud Rollemberg “Vanguarda Popular Revolucionária...”, op. cit. Jamil Rodrigues, *Caminhos da revolução. 1969/70* [APERJ, Coleção Daniel Aarão Reis Filho, pasta 25, documento 3]. O capítulo 7, “A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução”, está publicado no livro organizado por Reis Filho e J. F. de Sá [1985].

Viajou a SP, em março de 1968, depois de saber de sua condenação na Auditoria Militar do Recife, e vinculou-se ao grupo de Pedro Chaves, Roque Aparecido da Silva e José Ibrahim.

Rômulo Fontes, Marcos Vinício, José Ibrahim e os outros *caíram* dias depois da deserção do capitão do Exército Carlos Lamarca, em 24/1/1969, que naquele momento se ligou à VPR. Servia no 4o Regimento de Infantaria, no Quartel de Quitaúna, em Osasco, a época comandado pelo coronel Antônio Lepiane. Desses militantes, em setembro, José Ibrahim foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador americano seqüestrado. Marcos Vinício revelou, depois, que na prisão refletiu sobre suas atividades na militância de esquerda, idéia corroborada por Osmar de Oliveira [*O Globo*, 15/4/1971, p. 19]. Rômulo Fontes, no período em que ficou preso pela segunda vez, já em SP, esteve incomunicável até agosto de 1969. Rememorando, revelou que foi a partir das visitas que começou a receber que o grupo deliberou

*[...] expressar uma posição contrária. [Portanto], a entrevista [de maio de 1970] foi um produto de um trabalho que fizemos. O manifesto de maio de 1970 foi o coroamento de uma visão nacionalista, de plena identificação ao ideário do governo Médici. Entrei no presídio Tiradentes como um homem de esquerda e saí como [um homem de] direita. Hoje sou integralista.*⁵

Marcos Alberto Martini assumiu, um ano depois do seu “arrependimento público”, que foi o discurso de posse do presidente Médici, ouvido por ele na prisão, que o levara a “[...] [pensar] na necessidade de questionar os fundamentos da minha doutrina. Principalmente o papel político que tinha desempenhado como membro de uma organização esquerdista radical” [*O Globo*, 15/4/1971, p. 19]. Fontes sublinhou o ineditismo da ação de maio de 1970, o *manifesto*, como denominou e enfatizou que foi uma decisão de foro íntimo e que não houve pedido de pessoas do governo para que isso se realizasse. Havia, segundo ele, apenas um “encontro” de propósitos e que, quando os cinco se decidiram, aí sim, houve a “visita” de representantes do governo, dos quais Fontes não quis mencionar o nome. Tentou delimitar de onde viria essa ajuda, mas é oportuno destacar que Rômulo e mais dois amigos tiveram como advogado o dr. Juarez Alencar de Araripe, da Auditoria Militar. Como consequência das declarações de maio de 1970, foi transferido para Fortaleza, só sendo liberto em 14/7/1971. Seus quatro companheiros, entretanto, ganhavam liberdade no Natal de 1970.

No caso de *Massa*, após a sua *queda* – sendo esse o último participante do grupo de *desbundados* da VPR –, existiram inúmeras reportagens, em todos os jornais do país, que exibiram o seu *arrependimento público*. Há, contudo, uma referência do *Jornal da Tarde*, de

5 Entrevista à autora, em 3/11/1999. Ao final dela, em um bar na Vila Mariana, em SP, Rômulo Fontes me ofereceu os números 3 e 4 do jornal *Ação Nacional*, publicados em 1999, cujo editor é o próprio Fontes, difunde as idéias de Plínio Salgado.

18/7/1970, que procurou manipular o fato, construindo de forma negativa, a militância armada. O jornal narrou uma reação de parte da militância, que teria arremessado de cima do prédio da Rua Santa Teresa, em SP, panfletos assinados pela *Unidade Operária* com o título “O que Massafumi deixou de dizer”, onde eram expostos o [suposto] vínculo de *Massa* com a polícia e as questões nacionais que sua carta à imprensa se “esqueceu” de mencionar.

Era uma tentativa das militâncias das esquerdas de apresentar outro quadro da situação e circunscrever o negativismo em relação à causa da luta armada a um grupo de “maus” companheiros. Dias depois, o *JB* divulgou que os “arrepentidos voltariam à TV”. Seriam eles, *Massa*, Rômulo Fontes e Marcos Vinício, em um programa gravado na TV Tupi/SP e que, após aprovação das autoridades, foi exibido na noite de 23/7/1970. O *JB* também informava as investigações do Deops paulista para descobrir os autores dos panfletos contra *Massa*, que “não teria falado das torturas, da exploração de flagelados do Nordeste e da suspensão das eleições diretas, [...] anulação da lei de remessa de lucros e da venda de terras a estrangeiros”.

Anos mais tarde, sem se reconciliar com seu passado, *Massa* se suicidou. Para Reis Filho, é importante sublinhar o que esse processo representou para cada um dos envolvidos – os militantes, o governo e os *desbundados*. Essa triste memória – a ida à TV para um expurgo público que infelizmente não parou nesses cinco casos – também marcou outras pessoas, todas militantes de esquerda. São eles: o carioca Manoel Henrique Ferreira, ex-militante do MR-8, e o militante responsável pelo setor de inteligência da VPR, Celso Lungaretti.

A crueldade dessa ação, desse *arrepentimento público*, não cessava de aparecer nas notas na imprensa. Muito provavelmente, alguns desses indivíduos tiveram sua “rendição” conseguida pelos órgãos de repressão, que, certamente, usaram de violência física para tal. Programas gravados foram veiculados minutos antes do único jornal televisivo nacional da época, o da Rede Globo, recentemente colocado no ar. O intuito era afirmar, a todo o país, que ser oposição ao governo era um exercício realizado por pessoas que, arrependidas, expunham quão sem sentido era o combate. Destruir a imagem desses militantes diante da população em geral, fazendo do povo um aliado contra a luta armada, era, em primeira e última instância, o alvo⁶. Centrando nesses outros dois militantes – Manoel Henrique Ferreira e Lungaretti – e tendo como foco a *Folha da Tarde* nesses casos, a manchete do dia 9/7/1970

6 O Globo, de 15/4/1971, um ano depois dos primeiros arrependimentos, publicou a reportagem “Um alerta para jovens” [p. 19], narrando a existência de doze depoentes: os cinco do grupo de Marcos Vinício, Massafumi, Lungaretti, Irgeu João Menegon [militante da VPR que declarou ter se recusado a fazer parte da lista de presos políticos trocados por um dos três diplomatas seqüestrados], Hans Rudolf Jakob Manz, Maria Júlia de Oliveira [militante da AP], Milton Campos de Souza e Newton Moraes. O texto sublinha a preocupação do governo em “evitar que outros jovens incorram no mesmo engano”.

sentença: “Terrorismo em pânico: outro bandido deserda”. Detido desde o dia 16/6, Lungaretti renegou sua militância em um manifesto divulgado no dia anterior, na 1ª Região Militar, no Rio. As declarações desse militante na prisão, coletadas sob tortura, iniciaram uma nova devassa nos quadros da VPR. Sua atuação, renegando a luta, foi exposta durante uma hora na TV, no mesmo dia em que o jornal estava nas bancas⁷.

De um lado a estratégia aproxima os militantes “arrepentidos” dos órgãos de repressão, de outro necessariamente precisava ser ocupado pela relação desses órgãos repressivos com a TV e a imprensa. Como me relatou Duarte Franco – funcionário do Departamento de Qualidade da TV Globo por mais de trinta anos – os trâmites para disponibilizar a apresentação desses programas naquela emissora de televisão eram de responsabilidade de um funcionário da Rede Globo com profundas ligações com o Estado-Maior do Exército, Manoel Edgardo Ericson⁸. O objetivo era apontar à população a certeza da diretriz do governo na repressão aos movimentos de guerrilha. Alguns desses depoimentos na TV foram posteriormente exibidos aos companheiros de cela do militante. O anseio talvez fosse o de que ali se realizasse um *justicamento* – companheiros assassinando ex-companheiros.

No cerne desse mesmo enfoque, Judith Patarra, redesenhando a biografia de Iara Iavelberg – a mulher de Lamarca –, reflete sobre a questão. Assim, “no dia 21/5[1970], cinco presos denegriram a militância em vídeo gravado e posto no ar pela TV. À revolta seguiu-se comisseração. O que haviam sofrido, qual a fraqueza a provocar simbiose com o algoz?” [PATARRA, 1993:388]. A mesma autora se *utiliza* desta investida biográfica para, pela fala de Iara, questionar esse ato. Nessa reflexão, a militante, nas palavras de sua biógrafa, procurava “[...] o deletério nos semblantes, há graus de sucumbência, dizia, onde [há] diferença entre eles e Olavo Hansen, do grupo trotskista, preso dia 1º/5 e torturado sem nada abrir até a morte? Um dia [diria Iara por Judith] estudo o lado emocional da militância” [PATARRA, 1993:388].

Em parte a imprensa brasileira, em determinados momentos desse período, pode-se pinçar episódios estranhamente reportados. Um exagero na análise e a ausência de uma investigação mais precisam comprometeram, olhando do presente, a clareza do fato. Muitas análises iam de encontro – no sentido de se chocar e opor – à ação das esquerdas armadas. Uma parcela grande da imprensa condenava a guerrilha e usava termos como “subversivo”,

7 Lungaretti repetiu essas acusações e outras em uma entrevista a Murilo Mello Filho, publicada na revista Manchete, sob o título “Lungaretti: ‘terroristas do Brasil, ouvi-me’”, em 1/8/1970.

8 Entrevista à autora em 20/10/1999.

“terrorista” e “terror” para referir-se ao assunto. Um exemplo encontra-se na ponderação feita pela revista *Veja* sobre o militante Lamarca, em que são apresentadas muitas das idéias e imagens que circunscreviam a temática no momento. Na edição de 3/6/1970, em uma capa que copiava trechos manuscritos do militante, expõe-se sua caligrafia, que, segundo o semanário, revela a letra de um menino. Desse fato, pelas impressões de Iara, trazidas por Patarra, tem-se que a

[...] reportagem [era] sobre Lamarca, as quedas de 21 de abril omitindo a morte de Juarez [Guimarães de Brito], as torturas. Páginas assépticas. Censura. A capa reproduzia um texto manuscrito, [...] junto ao rosto recortado, sem traços. Forma de máscara mortuária. [O título diz] “A nova face do Terror”. Começa com a plástica de Lamarca, que a repressão mantivera em segredo. [...] Alguém da VAR-Palmares ajudou a reportagem, conclui [PATARRA, 1993:388].

No exercício de uma arqueologia do léxico, Abreu [2000], ponderou o vocabulário que permeou a imprensa brasileira no pós-1964. Unindo uma terminologia policialesca às questões da militância política, os guerrilheiros da luta armada tornaram-se “elementos”, como qualquer *meliante* que assalta um banco ou rouba um carro. No decorrer do processo, “subversivo” era toda e qualquer pessoa que se opunha ao golpe. A exemplo da figura de Che Guevara, o militante era também um “guerrilheiro”, mas no sentido negativo do termo, ou seja, não o que luta, mas o que se opõe. Influenciado pelas ações de guerrilha urbana na Europa, na América e no Oriente Médio, que, para o noticiário da época, geravam terror e caos, o militante também passou a ser “terrorista”. Nesse sentido, nos cartazes de procurados, lia-se “terroristas políticos”, e a advertência: “Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise a polícia”. Esquadrinhando a gênese do termo, Abreu demonstra que foi o jornal *O Globo* que, em 1966, pela primeira vez envergou o termo, sem nenhum pedido das autoridades. Na manchete da primeira página, no dia 26/7/1966, lê-se: “Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva”. Antes mesmo de o governo impor, alguns jornais já tinham condenado as guerrilhas urbanas.

Mesmo depois do AI-5, para muitos ainda, a luta não deveria ser associada às armas. Se alguns jornais mantinham uma política híbrida, a *Folha da Tarde* foi radical. Sua trajetória, a partir de julho de 1969, permite debater a questão da ética, da função do jornal e do papel do jornalista. Para Cláudio Abramo “[...] a ética dos jornalistas [...] é um mito que precisa ser desfeito. [...] Não pode ser impiedoso com as coisas sem um critério ético. Nós não temos licença especial, dada por um xerife sobrenatural, para fazer o que quisermos”[ABRAMO, 1988: 109-11].

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro, Mauad/EdUFF, 2000.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de G. (Orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura (memória de presos políticos)*. São Paulo, Scipione, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1998.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, J. F. de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

Rolleberg, Denise, “A Vanguarda Popular Revolucionária: ‘os marginais’ na revolução brasileira”. In MENEZES, Lená Medeiros; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002. pp. 77-88.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro, Globo, 2000.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. 2ª ed. Brasília, Editerra, 1987.